

34º Encontro Anual da ANPOCS, de 25 a 29 de outubro de 2010, Caxambu, MG

**Seminário Temático 13: Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder
O Episcopado Brasileiro e o Espaço do Poder: transformações da alta
esfera eclesiástica**

AUTORES:

**Ernesto Seidl
(Universidade de Sergipe)**

**Wheriston Silva Neris
(Universidade de Sergipe)**

O Episcopado Brasileiro e o Espaço do Poder: transformações da alta esfera eclesiástica.

Ernesto Seidl¹
Wheriston Neris²

1. Introdução.

O fenômeno do aumento nos investimentos em recursos culturais e escolares valorizados e diversificados como requisito para ocupação de postos dirigentes não é apanágio de alguns grupos e ocorre em escala mundial³. No que concerne à esfera católica, a imposição de uma competência religiosa progressivamente baseada na competência escolar, ou intelectual, configura sem dúvida uma das dimensões mais centrais dos mecanismos de regulação do espaço católico. A intensificação considerável na obtenção de diplomas acadêmicos por agentes religiosos como base para ocupação de cargos superiores - implicando a realização de percursos escolares mais longos - é perceptível, sobretudo, entre os membros do episcopado. Ela faz ver com clareza o espaço conferido à cultura escolarmente legitimada dentro dos instrumentos de adaptação da Igreja a públicos mais urbanos e escolarizados e a novas tomadas de posição institucionais. Não apenas a expansão da oferta de formação religiosa, mas também a diversificação do tipo de qualificação e das formas de saber, com destaque à incorporação de áreas “não-tradicionais” da teologia e uma variedade de disciplinas “profanas”, apontam para essa direção.

Ao mesmo tempo em que diversas outras temáticas religiosas adquiririam relevo entre os trunfos acadêmicos valorizados na ascensão profissional - sagrada escritura, catequese, espiritualidade, história eclesiástica, pastoral -, também uma pluralidade de áreas profanas do saber, praticamente ausentes dos percursos escolares dos sacerdotes episcopáveis antes dos anos 70, passaram a integrar a composição de carreiras religiosas bem sucedidas. Como previsto, predominam diplomas de licenciatura nas áreas de

¹ Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP), Universidade Federal de Sergipe.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

³ Entre vários estudos, destacamos Bourdieu (1989), Bauer & Bertin-Mourot (1997), Saint Martin (2001), Suleiman (1997) e Wagner (1998) para o caso das elites política, administrativa e empresarial na França e outros países europeus, e os trabalhos de Coradini (2002 e 2004), Garcia & Canedo (2004-2005), Grill (2007), Grün (2004), Loureiro (1998), Almeida & Nogueira (2004), Seidl (2005) e Tavares dos Reis & Grill (2008), igualmente para diversos grupos e frações dirigentes no Brasil.

“humanidades”, com destaque, ao lado dos cursos de Direito e Letras, àqueles relacionados a atividades da esfera escolar, tais como Educação e Pedagogia, adquiridos majoritariamente em faculdades católicas pouco tempo após a ordenação sacerdotal. Em menor quantidade figuram igualmente diplomas em disciplinas das ciências exatas e biológicas ou correlatas (Agronomia, Química, Matemática, Demografia, Economia), embora raramente haja indicações de uso específico desses recursos ao longo dos trajetos sociais de seus detentores.

Uma das conseqüências de maior visibilidade e importância da centralidade adquirida pelo saber escolar sobre as formas de dominação simbólica da Igreja foi justamente uma redefinição nos modos de exercício da autoridade religiosa, percebida com mais intensidade no âmbito das funções “intelectuais”. Na esteira de Vaticano II, a readaptação dos instrumentos pedagógicos religiosos através da aproximação com a esfera de produção de conhecimento científico, notadamente faculdades e universidades, marcou em definitivo o deslocamento do espaço de reprodução intelectual do corpo religioso das instituições escolares consagradas (de formato “rural”, “fechadas”), para ambientes muito pouco diferenciados do mundo escolar leigo.

Inscrita numa série de discussões e pesquisas, parte das quais ainda em curso, acerca das transformações históricas do espaço católico dentro do campo do poder (BOURDIEU, 1987; MICELI, 1988; SEILD, 2003; GRIGNON, 1977; NERIS, 2009), a exploração sociológica da redefinição das estratégias de legitimação do episcopado concentra-se, neste trabalho, nas intersecções e efeitos da aquisição de novos e mais diversificados recursos escolares e culturais internacionalizados sobre os trajetos dos agentes que ocupam posições dominantes nesse grupo. Para tanto, a partir de informações biográficas relativas aos bispos brasileiros em exercício e daqueles que compuseram as presidências da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) desde sua fundação, o estudo busca combinar três níveis de análise: a) a realização de uma topografia do episcopado brasileiro na atualidade; b) a análise diacrônica dos perfis de recrutamento para os postos de direção nacional da CNBB⁴ e c) o estudo de caso de

⁴ A conferência nacional dos Bispos constitui uma espécie de setor intermédio na macro-estrutura da hierarquia oficial católica, tendo acima de si o Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) e a Santa Sé e abaixo, as Arquidioceses, Dioceses e Paróquias. As circunscrições eclesiais do Brasil estão organizadas em regiões episcopais, os quais possuem os seus conselhos regionais: a) Região Norte 1 (Amazonas e Roraima); b) Regional Norte 2 (Pará); c) Regional Nordeste 1 (Ceará); d) Regional Nordeste 2 (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas); e) Regional Nordeste 3 (Bahia e Sergipe); f) Regional Nordeste 4 (Piauí); g) Regional Nordeste 5 (Maranhão); h) Regional Leste 1 (Rio de Janeiro); i)

uma trajetória profissional que nos permite situar a redefinição dos modos de ocupar a função episcopal num momento de estruturação social e religiosa específico.

2. A coleta de dados sobre o episcopado e os planos de análise.

Combinando materiais e resultados de pesquisas já apresentadas e em andamento⁵, o texto apresentado baseia-se em um conjunto bastante diversificado de dados organizados em dois planos analíticos, conforme descritos a seguir.

Em um plano mais objetivista (tópicos 3 e 4), a análise resulta da exploração de informações a respeito de todo o episcopado brasileiro coletadas durante o segundo semestre do ano de 2009 no banco de dados da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros⁶. Dado o período em que fora realizada esta pesquisa, obtiveram-se informações acerca de 443 bispos (hoje esse número cresceu para 467) as quais foram complementadas com pesquisas em outras fontes produzidas pela Igreja, acervos documentais e sítios na internet. O tratamento destes dados mais gerais desdobra-se em dois planos de abordagem: (I) um enfoque centrado sobre o exame dos trajetos sociais e profissionais dos 443 casos selecionados, donde puderam ser privilegiadas as variáveis relativas ao país, ano e local de nascimento; aos espaços de escolarização religiosa (passagem ou não por seminário entre o 1º e 2º Grau); aos anos de ordenação sacerdotal, episcopal e as médias diacrônicas entre as mesmas; ao tipo de vinculação religiosa; à passagem ou não por funções paroquiais; ao exercício da função docente e/ou passagem

Regional Leste 2 (Minas Gerais e Espírito Santo); j) Regional Sul 1 (São Paulo); l) Regional Sul 2 (Paraná); m) Regional Sul 3 (Rio Grande do Sul); n) Regional Sul 4 (Santa Catarina); o) Regional Centro-Oeste (Goiás, DF, Tocantins); p) Regional Oeste 1 (Mato Grosso do Sul); q) Regional Oeste 2 (Mato Grosso); r) Regional Nordeste (Roraima, Acre e Amazonas); s) Circunscrições eclesiais pessoais.

⁵ Trata-se em particular de uma pesquisa sobre as elites eclesiais e a recomposição do espaço religioso no Brasil, tendo como um de seus focos principais a comparação dos mecanismos de recrutamento e seleção da alta hierarquia, ativados em contextos históricos e regionais variados (SEIDL, 2008). Concluída a fase mais objetivista, deu-se início à série de entrevistas planejadas com bispos dos estados de Sergipe, Bahia, Alagoas, cujos resultados virão a lume oportunamente.

⁶ Constituinte um amplo repertório de informações biográficas dependente das lógicas e objetivos de apresentação e consagração dos representantes de cúpula da Igreja Católica, o banco de dados da CNBB contém informações de interesse sobre o episcopado (“arcebispos”, bispos “titulares”, “eparcas”, “coadjutores”, “auxiliares” e “eméritos”) agregadas conforme as categorias a seguir: a) *Pessoal* (informações sobre o tipo de “vínculo”, “diocese”); b) *Endereço*; c) *Nascimento* (Data, Local, UF, País, Nome dos pais); d) *Datas de Ordenação* (sacerdotal, episcopal, nomeação, posse); e) *Estudos e atividades* (1º grau, 2º grau, Filosofia, Teologia, Especialização, Doutorado, outros cursos, atividades antes do episcopado, atividades de Bispo, livros escritos).

por funções de direção/reitoria de seminários, faculdades católicas ou profanas. Em outro, (II) a pesquisa concentra-se sobre o exame do perfil de estudos dos bispos nascidos no Brasil, abordando a obtenção dos estudos básicos de filosofia e teologia - lugar de realização dos estudos, a região de origem e para o país de destino, bem como das demais modalidades de cursos obtidos pós-ordenação e suas respectivas áreas de estudo: Doutorado, Mestrado, Especialização (quando mencionado pós-graduação ou especialização); Cursos de curta duração (mencionados expressamente no referido campo) e cursos sem especificação (os quais podem encerrar agentes com formação nos demais níveis).

A partir da compilação desses indicadores de caráter mais abrangente, passa-se em uma segunda dimensão (tópicos 5 e 6) ao estudo das trajetórias daqueles religiosos que ascenderam aos postos mais destacados dentro do episcopado nacional, colocando em evidência o conjunto de recursos culturais e profissionais acumulados pelos mesmos no curso de sua ascensão a essas posições de poder. O caso examinado faz parte de um estudo realizado por um dos autores, dedicado à compreensão das transformações na estruturação da alta esfera católica no Rio Grande do Sul (SEIDL, 2003). Nesse plano, em suma, além das várias fontes mencionadas, a pesquisa mobilizou um leque amplo de informações qualitativas fruto do tratamento de biografias, entrevistas em profundidade e de trabalho de campo.

Expostas as dimensões de análise, faz-se necessário também evidenciar pelo menos três questões de ordem metodológica que interviram no formato e resultado da pesquisa apresentada. Inicialmente, à exceção dos entrevistados, quase nenhuma informação relevante a respeito da origem familiar dos bispos pôde ser obtida, não permitindo uma representação satisfatória das matrizes sociais de episcopado. Além disso, uma vez que essa massa considerável de informações sobre os bispos parece ter sido resultado de informações prestadas pelos próprios prelados, os dados não se apresentam de forma homogênea, variando conforme as estratégias diversas de auto-apresentação (do detalhamento minucioso ao “desinteresse” pela minúcia). Por último, em vista de tratar-se de uma pesquisa ainda em andamento, o tratamento desses dados restringe-se, no presente texto, a uma abordagem de cunho proeminentemente quantitativo e sincrônico.

3. Elementos históricos para uma sociografia do episcopado brasileiro.

Até o rompimento com a condição histórica de corporação subsidiada do Estado, a condição ambígua da instituição eclesial incorria na ausência de uma *cultura organizacional* dotada de procedimentos uniformes e autônomos de gestão e estilo homogêneo de comando. A deteriorização do relacionamento simbiótico entre o Estado e a Igreja, donde esta retirava parte de sua força e status social, colocou nas mãos dos prelados a tarefa urgente de definir outra moldura organizacional que favorecesse a autonomia material, institucional e doutrinária (MICELI, 1988). Frente à necessidade de assumir uma nova legitimidade institucional, o processo de expansão organizacional da Igreja traduziu-se não somente pela diversificação das estratégias de afirmação, como também por uma impressionante ampliação da estrutura de postos e carreiras que compõem o espaço católico⁷.

A evolução das relações entre o corpo sacerdotal, a diversificação e a intensificação das disputas no mercado de trabalho religioso e as transformações correlativas no espaço social e na estrutura do campo do poder no Brasil, traduziram-se em diversas modificações quer na imagem social dos bispos, quer na composição e morfologia do episcopado. Sem pretender abranger todas essas mutações, é possível que o recurso à comparação diacrônica entre algumas das propriedades do episcopado na atualidade com as da alta hierarquia na República Velha (MICELI, 1988) permitam visualizar algumas dessas transformações e/ou permanências.

Em primeiro lugar, enquanto que outrora os prelados atuantes eram originários quase que exclusivamente do Brasil, sendo tecnicamente inexpressiva a presença de estrangeiros (apenas dois, nascidos em Portugal e Alemanha), esse quadro encontra-se sensivelmente alterado hoje. Ao combinar o ano de nascimento com o país de origem dos 443 casos examinados (todos eles nasceram entre 1914 e 1964), verifica-se que na atualidade os nascidos no estrangeiro compõem nada menos que ¼ do episcopado nacional (115 de 443 com informações disponíveis). Entre estes, predominam os nascidos na Itália (11,28% de 443 com informações disponíveis), seguidos à distância

⁷ Exemplo disso, a comparação entre a quantidade de circunscrições eclesiásticas existentes na República Velha revela que de 90 circunscrições (entre dioceses [69], prelazias [18] e prefeituras apostólicas [3]), passou-se a 272, conforme dados de 2009 (entre as quais, 41 Arquidioceses; 211 Dioceses; 3 Eparquias; 13 Prelazias; 1 Exarcado; 1 Ordinariado para fiéis de rito oriental sem ordinário próprio; 1 Ordinariado Militar e 1 Administração apostólica pessoal).

pelo espanhóis (2,93%) e alemães (2,48%) - sendo bastante reduzido o número de prelados oriundos de outras nações.

O fluxo constante de estrangeiros com destino ao Brasil, especialmente os italianos, dá uma idéia bastante geral do tipo de mobilidade internacional de agentes e importação de modelos que paulatinamente foi se impondo, inicialmente via romanização, no seio do episcopado nacional. De fato, anteriormente à chegada desses agentes ao Brasil por volta das décadas de 50-60, os representantes de cúpula da instituição em plano nacional já promoviam a vida freqüente de estrangeiros (especialmente através das ordens) como estratégia de criação de uma igreja renovada face à herança da Igreja colonial. Não estranha, pois, como lembra Ralph Della Cava, que nesse período Roger Bastide estigmatizasse a romanização como um processo de desnacionalização da Igreja Brasileira.

Quadro 1: Ano de Nascimento e País de Origem.

PAÍSES	1914-1924	1925-1934	1935-1944	1945-1954	1955-1964	Total (%)
BRASIL	22	95	75	88	48	328 (74,04%)
ITALIA	7	8	14	20	1	50 (11,28%)
ESPAÑHA	-	3	5	5	-	13 (2,93%)
ALEMANHA	1	3	6	-	1	11 (2,48%)
PORTUGAL	1	1	3	1	-	6 (1,35%)
EUA	1	3	1	-	-	5 (1,12%)
POLÓNIA	-	1	1	3	-	5 (1,12%)
BELGICA	-	-	2	1	1	4 (0,90%)
FRANÇA	-	-	2	-	1	3 (0,67%)
LIBANO	-	1	1	-	1	3 (0,67%)
AUSTRIA	-	-	2	-	-	2 (0,45%)
HOLANDA	-	1	1	-	-	2 (0,45%)
MALTA	-	1	-	1	-	2 (0,45%)
SUIÇA	-	1	1	-	-	2 (0,45%)
AUSTRÁLIA	-	-	1	-	-	1 (0,22%)
CHINA	-	-	1	-	-	1 (0,22%)
EGITO	1	-	-	-	-	1 (0,22%)
IRLANDA	-	-	-	1	-	1 (0,22%)
MÉXICO	-	1	-	-	-	1 (0,22%)
PARAGUAY	-	-	1	-	-	1 (0,22%)
URUGUAI	-	-	-	1	-	1 (0,22%)
Total (%)	33 (7,44%)	119 (26,86%)	117 (26,41%)	121 (27,31%)	53 (11,96%)	443

Fonte: os autores, a partir de CNBB, 2009.

Em sentido semelhante, ainda que na atualidade se possa falar em um predomínio do pólo hierárquico na composição do episcopado, caso dos diocesanos, houve um substancial incremento de prelados oriundos do clero religioso. Enquanto que entre os 79

bispos da alta hierarquia analisados por Sérgio Miceli (1988, p.82), apenas 12 (15%) tinham provindo de ordens, hoje, esse percentual aumentou para quase 50% (202 prelados). Assim, ao lado dos 54% bispos de origem secular (241 de 443), encontra-se uma diversidade notória de altos representantes recrutados em congregações religiosas, nada menos que 55.

Quadro 2: Tipo de vinculação dos bispos.

Vinculação	Frequência	Percentual
DIOCESANO (241);	241	54%
OFM (25); SDB (24); OFMCap (23); CSSR (10); SCJ (9); CSS (8); OCarm (6); CM (5); CSSp (5); OAR (5); OFMConv (5); OSB (4); SJ (4);CS (3); IMC (3); OSBM (3); PIME (3); SAC (3); SSS (3); SVD (3);CP (2); DC (2);; FDP (2); MSC (2); MSF (2); Ocist (2); OdasM (2); OP (2); OPraem (2);OSJ (2); OSM (2);PSDP (2); SDN (2); AA (1); CFM (1); CPPS (1); CR (1); CRL (1); CRSP (1); CS (1); CSF (1); FAM (1); ICM (1); MCCJ (1); MSP (1); OAD (1); OLM (1); OP. (1); SdC (1); SDM (1); SDS (1); SDV (1); SPS (1); SSCC (1); TOR (1).	202	46%

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

A classificação efetuada entre os bispos nascidos no Brasil (74,04% de 443 com informações disponíveis) conforme o ano de nascimento, a região e o estado permite assinalar outra alteração significativa. Enquanto que na elite eclesiástica do início do século passado, havia uma predominância de bispos originados de estados nordestinos (cerca de 50%), seguidos pelos 20% nascidos e educados em Minas Gerais, 14% de São Paulo e 14% dos demais estados do Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul apresentava apenas 2), atualmente nota-se um amplo predomínio de agentes originários das regiões Sul/Sudeste. Reunidas, as regiões Norte (5), Nordeste (64) e Centro-Oeste (5) contabilizam hoje pouco mais de 1/5 dos membros do episcopado (74 de 328 com informações disponíveis), enquanto que as regiões Sudeste e Sul contam a expressiva parcela de 4/5 dos bispos brasileiros (254 de 328 com informações disponíveis), com predomínio de paulistas (69), mineiros (68), gaúchos (52) e catarinenses (32).

Quadro 3: Distribuição do episcopado pelo ano, região e estado de nascimento.

Região/Estado		1914-1924	1925-1934	1935-1944	1945-1954	1955-1964	Total por Estado (%)	Total por Região (%)
Norte	AM	-	1	2	-	-	3	5 (1,52%)
	PA	-	-	-	-	1	1	
	TO	-	-	-	1	-	1	
Nordeste	PE	1	6	-	4	2	13	64 (19,51%)
	BA	-	2	1	6	2	11	
	CE	2	4	2	-	1	9	
	AL	2	1	3	-	1	7	
	RN	1	2	1	2	1	7	
	SE	-	1	-	-	5	6	
	MA	-	2	-	1	1	4	
	PI	-	2	-	1	1	4	
PB	1	-	1	1	-	3		
Centro-Oeste	GO	1	2	-	-	1	4	5 (1,52%)
	MT	-	1	-	-	-	1	
Sudeste	SP	3	18	15	22	11	69	156 (47,56%)
	MG	7	19	20	10	12	68	
	RJ	1	4	2	4	3	14	
	ES	-	1	2	2	-	5	
Sul	RS	1	16	15	17	3	52	98 (29,87%)
	SC	2	8	9	13	-	32	
	PR	-	5	2	4	3	14	
Total Conhecido		22 (6,70%)	95 (28,96%)	75 (22,86%)	88 (26,82%)	48 (14,63%)	328	

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Esta distribuição bastante desigual reflete na realidade o processo histórico de deslocamento dos centros de decisão política, econômica e institucionais do Brasil do nordeste para o centro-sul, o qual vinha se operando desde meados do século XIX, e que só se completa com o deslocamento do centro de poder nacional da Igreja no fim dos anos 20 e início dos anos 30 do século passado⁸. Coincidente ou não, fato é que esse predomínio no recrutamento da população construída se expressa de forma mais evidente a partir desse mesmo período, mantendo-se superior em quaisquer dos critérios de divisão do grupo dirigente em pauta.

Com efeito, o predomínio de indivíduos originários das principais circunscrições religiosas em termos de estrutura institucional e contingente profissional (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) sugere a existência de um acesso muito desigual aos centros de excelência mais disputados da Igreja católica. Tudo leva a crer que tal desequilíbrio nas condições de reprodução dos dirigentes administrativos e

⁸ Na perspectiva de Ralph Della Cava (1975), a consolidação de uma burocracia única e centralizada sob a batuta do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1842) parece ter demarcado o fim da predominância da aristocracia fundiária na hierarquia eclesiástica inaugurando a mobilização efetiva dos leigos de classe média e afirmado a operacionalização do catolicismo universal (europeu) para a Igreja, o Clero e o Laicato brasileiros.

intelectuais da Igreja brasileira reforce a estrutura de suas relações de força, centrada em forte hegemonia dos estados acima mencionados e que pode ser apreendida, por exemplo, na distribuição dos principais cargos da CNBB, na exposição aos grandes meios de comunicação e no uso da palavra autorizada pela instituição. A rigor, estas distinções parecem demarcar um princípio de hierarquização social do espaço geográfico que guarda correspondências com as desigualdades regionais e demarca as relações de centro e periferia no interior do episcopado.

Em comum com a alta hierarquia eclesiástica de outrora, o exame das origens geográficas permite visualizar ainda uma associação significativa entre a reprodução do corpo clerical e o universo rural, uma vez que entre os 328 casos analisados de prelados brasileiros, apenas 25 (7,62% de 328 com informações disponíveis) foram originados de capitais: São Paulo (9); Rio de Janeiro (8); Aracaju (3); Belo Horizonte (1); Boa Vista (1); Maceió (1); Manaus (1); Recife (1). No que tange aos demais, sua maioria absoluta era originada de municípios do interior dos estados.

Entre os 443 prelados, a alta frequência daqueles que tiveram passagem em sua fase de escolarização básica (1º e 2º graus) pelo sistema escolar da Igreja pode ser visualizada a través do número daqueles que informaram ter estudado em seminários menos, maiores, ou em ambos⁹. O quadro 4 permite demonstrar que 46,04% (204 de 443 com informações disponíveis), apresentam tal passagem em seu trajeto escolar. O restante encontra-se dividido entre aqueles que não apresentaram informações detalhadas a esse respeito (sem informações), e que não detalharam o tipo de instituição, se pública, privada, privada católica, técnica, etc (NR).

⁹ Como também o notou Ana Maria Ferreira de Almeida (2004) ao realizar um estudo monográfico sobre o Colégio Santo Tomás, esse parece ser um dos efeitos do processo de construção institucional da Igreja que desde a República Velha teve como um dos eixos de sua política expansionista a prestação de serviços educacionais às elites. Conforme Sérgio Miceli (1988, p. 23) “A criação de escolas secundárias, femininas e masculinas, se tornou um dos principais itens dos programas de governo dos dirigentes oligárquicos, inclusive nos estados mais atrasados. Não podendo arcar diretamente com os encargos financeiros e institucionais requeridos pela formação de quadros, e sem contar com o respaldo de políticas públicas adequadas na área educacional, os governantes estaduais e alguns setores de peso dos grupos dirigentes locais preferiram dar mão aos empreendimentos confessionais”. Nesse sentido, o privilégio concedido à Instituição eclesial (especialmente em assuntos educacionais e sociais) demarcou um conjunto de privilégios que recolocam a questão da separação absoluta entre Estado e Igreja no século XX.

Quadro 4: Passagem por seminários

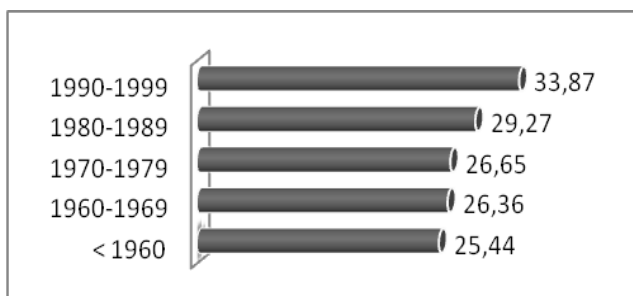
Instituição	N	%
Seminário menor	22	4,96%
Seminário Maior	74	16,7%
Seminário Maior e Menor	108	24,37%
NR	214	48,30%
SEM INFORMAÇÕES	25	5,64%
TOTAL	443	100%

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Entre outros fatores, o contingente expressivo de agentes que foram beneficiários de serviços educacionais prestados pela instituição católica, em sua fase de escolarização, resultou da política expansionista que marcou a atuação da igreja na primeira metade do século XX. Como se sabe, um dos fios condutores dessa política consistiu no investimento maciço em instituições de ensino (primárias, secundárias, femininas e/ou masculinas) destinadas às elites regionais, as quais também poderiam abrigar agentes que encontrariam nas escolas da Igreja, alternativas mais seguras face à ausência de perspectivas abertas pelos recursos escolares e econômicos atrelados a uma origem social modesta. Para estes, frente às baixas probabilidades de mobilidade social determinadas por uma escassez de trunfos escolares importantes e pela estrutura escolar deficitária dessas zonas, os seminários e casas de formação da igreja não somente contrapunham chances palpáveis de acesso a uma cultura distintiva (não muito distante daquela fornecida a frações dos grupos dirigentes), como também possibilidades de ascender a posições de destaque dentro de um espaço cujos postos estavam em franco processo de expansão. Assim, diversos desses religiosos davam início ao longo processo de formação escolar e de iniciação na vida eclesiástica, contexto em que, avaliados sob a dupla ótica das competências religiosas e escolares, realizava-se uma filtragem decisiva sobre o seu futuro profissional.

Partindo para o exame específico de outros indicadores, nota-se que ao lado do longo percurso escolar de exposição às regras, costumes e valores da instituição que, entre outros, caracterizaria a opção pela carreira clerical (MICELI, 1988), o exame geral das médias de ordenação sacerdotal e episcopal, bem como entre uma e outra, revela um tendência ao recrutamento mais “tardio”. É o que se nota a partir do exame dos gráficos 1, 2 e 3, expostos a seguir.

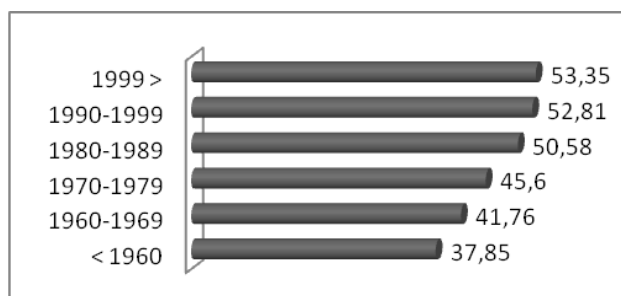
Gráfico 1: Média de ordenação sacerdotal



Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Obs: <1960 (129 casos); 1960-1969 (122); 1970-1979 (108); 1980-1989 (68); 1990-1999 (16)

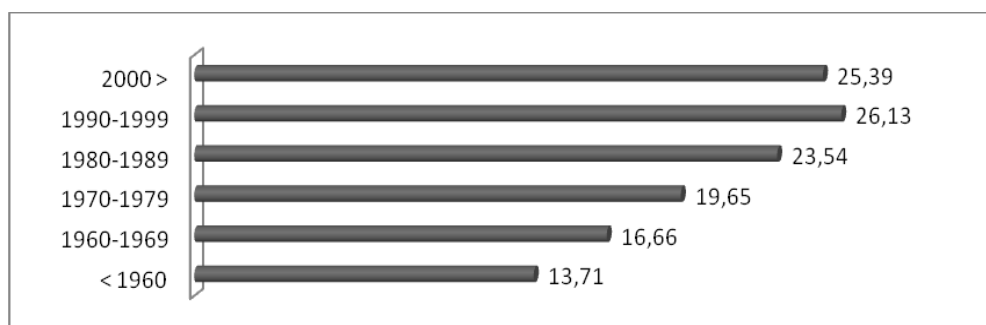
Gráfico 2: Média de ordenação episcopal



Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Obs: <1960 (7 casos); 1960-1969 (21); 1970-1979 (75); 1980-1989 (87); 1990-1999 (98); 1999 > (155).

Gráfico 3: Média entre ordenação sacerdotal e episcopal



Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Obs: <1960 (7 casos); 1960-1969 (21); 1970-1979 (75); 1980-1989 (87); 1990-1999 (98); 1999 > (155).

No geral, todas as médias apresentam a mesma tendência de crescimento. Verifica-se, no entanto, que em relação à média de ordenação sacerdotal, parece haver um aumento considerável no contexto do papado de João Paulo II (1978-2005), quando a média salta dos 25-26 anos para 29 e finalmente para 33. No que tange à ordenação episcopal, nota-se um aumento contínuo, em torno de 5 anos, nas médias da décadas de 1960/70, apresentando taxa de crescimento semelhante em 80, quando estaciona entre 50-55 anos nas décadas seguintes. O mesmo pode ser dito quanto ao tempo entre a ordenação sacerdotal e episcopal: enquanto entre os sete bispos ordenados antes da década de 60, a média era relativamente curta (13 anos), ao passar das décadas ela foi sendo ampliada em torno de 3 anos até alcançar o topo das médias (26) na década de 90, quando o índice cai para 25 anos no início deste século.

Possivelmente a aposta da instituição em sacerdotes mais velhos e em sua sagração como bispos depois de um período de experiência mais extenso derive de uma maior “prudência” na escolha de agentes “comprometidos” com a instituição, buscando

evitar os riscos de perda e abandono causados por eventuais interrupções de projetos sacerdotais e, de maneira geral, frente à questão da “crise do sacerdócio” e de “vocações”, particularmente evidentes no contexto pós-conciliar. Esse efeito não deixa de ser sentido, por exemplo, entre os bispos nascidos no Brasil que detêm os títulos mais internacionalizados, afinal, a partir da década de 1980, a Igreja deixa de enviar seminaristas ao exterior e passa a limitar tal modalidade de estudos a sacerdotes já sagrados e mais velhos em busca de recursos escolares através de cursos de especialização, como discutido na próxima seção.

Ainda que as informações prestadas pelos prelados não se apresentem de forma homogênea quanto às diferentes atividades exercidas antes do episcopado, procurou-se verificar quais, entre os 443 casos examinados, passaram a) por funções de administração pastoral direta (pároco, vigário, cura, capelão); b) aqueles que exerceram funções docentes e/ou c) passaram por funções de reitoria ou direção de seminários, faculdades católicas ou profanas.

Quadro 5: Exercício de funções de administração pastoral direta.

Passagem por uma paróquia antes do Episcopado	< 1960	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000 >	Total	
							Nº	%
Menos de 5 anos	-	4	11	4	4	19	42	9,4
5 a 9 anos	2	7	10	6	8	19	52	11,7
10 anos ou mais	4	4	24	15	30	56	133	30
Sim, sem detalhes dos anos	1	1	10	41	38	41	132	29,7
Jamais	-	5	20	19	14	17	75	16,9
Sem informações	-	-	-	2	4	3	9	2
Total	7	21	75	87	98	155	443	100

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Quadro 6: Exercício de função docente.

Exercício da função de docente	< 1960	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000 >	Total	
							Nº	%
Sim	5	14	45	39	47	77	227	51,24
Não	2	7	30	46	47	75	207	46,72
Sem informações	-	-	-	2	4	3	9	2,04
Total	7	21	75	87	98	155	443	100

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Quadro 7: Reitoria de seminários, faculdades católicas e/ou profanas

Passagem por função de reitoria seminário, faculdade católica ou profana	< 1960	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000 >	Total	
							Nº	%
Sim	1	7	22	30	48	71	179	40
Não	6	14	53	55	46	81	255	57,56
Sem informações	-	-	-	2	4	3	9	2,04
Total	7	21	75	87	98	155	443	100

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

No que tange ao exame dos cargos que os prelados informam em sua descrição profissional antes do episcopado, dois aspectos mais gerais podem ser apontados. Em primeiro lugar, conforme se pode notar no Quadro 5, a grande maioria desses agentes informa alguma passagem por funções de administração direta, sendo mais restrito o número daqueles que não enumeram tal percurso (75 entre 443) ou que o realizaram de forma bastante breve (42 com menos de 5 anos). Entre aqueles, as categorias que apresentam maior crescimento ao longo do período dão conta de que: 30% (133) permaneceram “10 ou mais anos”; 29,7% (132) informam passagem sem detalhar os anos; 11,7% (52) enumera experiências em torno de “5 a 9 anos” e 9,4% (42) com “menos de 5”.

O segundo aspecto mais geral reside na expressividade dos trajetos centrados no exercício de funções relacionadas ao ensino, bem como de administração do clero, o qual pode ser visualizado a partir do exame dos Quadros 6 e 7. Quanto às funções docentes, nada menos que 51,24% (227 de 443) informam ter assumidos funções de professor, frequentemente exibindo também na descrição de suas experiências profissionais funções de caráter não pastoral como assistente espiritual, coordenador diocesano, etc. Vários dentre eles, inclusive, além das funções de docente, enfatizam em seu curriculum o exercício de funções de reitoria e/ou direção de seminários, faculdades católicas ou profanas (179 entre 443), conforme se pode verificar no quadro 7.

Em suma, ao longo do período, e com maior ênfase a partir da década de 70, o perfil da população recortada indica que a passagem por cargos de direção e ensino em seminários, faculdades ou institutos (somados aos agentes que exerceram funções de proeminência na administração de ordens, congregações religiosas e organismos fora do país), fortalece-se como uma das principais etapas de treinamento antecedendo a ascensão desses sacerdotes ao episcopado. Em que pese muitos desses bispos terem passado por pelo menos um cargo paroquiano, é expressivo o quantitativo de sacerdotes que receberam sua nomeação episcopal no exercício dessas funções - o que sugere que o exercício das mesmas vai ao encontro do acúmulo de disposições exigidas e apreciáveis às tarefas dominantes no interior da organização.

Esse ponto de vista precisa ser matizado, no entanto. Se a indicação geral de atividades de ensino e gestão oferece uma noção do tipo de cursus valorizado na seleção do corpo episcopal, deve-se levar em conta que as variações na posição de cada instituição em que se insere o respectivo cargo (paroquiano em dioceses centrais ou em

periféricas; professor ou reitor de instituições provincianas ou de seminários, institutos e faculdades centrais) possuem efeitos que não são idênticos. Da mesma forma, não se pode excluir o peso do capital social resultante, entre outros, dos contatos mais prolongados com religiosos em posição central nos círculos hierárquicos, o que permite acumular um certo capital de relações pessoais importantes no rumo das designações de função, bem como na avaliação das oportunidades e conhecimento dos mecanismos que regem os destinos sacerdotais.

4. Perfil de estudos dos bispos nascidos no Brasil.

No que tange ao exame da imposição de competências culturais associadas à circulação internacional na formação do corpo religioso episcopal, a alternativa de análise consistiu, primeiramente, em concentrar-se apenas sobre os bispos nascidos no Brasil (328 de 443 com informações disponíveis) e, dentre estes, dividir a população entre os que realizaram cursos no exterior e os demais. Dessa forma, foram privilegiadas informações relativas ao país de destino, titulação obtida, área de estudos e sua distribuição com base em outros princípios de hierarquização, dentre os quais a posição de origem na hierarquia social do espaço geográfico, ou nas relações centro-periferia (postos dominantes e dominados no universo episcopal).

Numa perspectiva mais geral, a exposição que segue demonstra que a passagem por Roma (e em muitíssimo menor escala, por outros países centrais) ainda persiste como recurso chave no acesso às posições de comando no seio do espaço episcopal, habilitando os seus detentores às disputas por posições de comando e de maior prestígio social. Ajustando-se às tentativas e necessidades institucionais de promover uma formação bastante homogênea e afinada de seus altos representantes, a concentração predominante da Itália enquanto destino de estudos, permite ver que as freqüentes manifestações de “unidade” e “família” que tanto apetece ao alto escalão desse grupo de representação, não deixam de ter afinidades com o treinamento tendencialmente homogêneo que recebe(ra)m.

Convém salientar ainda que a cartografia bastante restrita dos países de destino daqueles que obtiveram títulos no exterior entre os membros do episcopado denota

também uma particularidade do tipo de circulação internacional realizada por esse grupo, em comparação àquele que tem se afirmado/mantido entre outras elites. Enquanto que em outros grupos dirigentes, esse fluxo encontra-se mais dependente da posse de recursos sociais, econômicos e culturais da família dos agentes considerados (tendendo a diversificar-se ainda conforme as áreas de saber e as posições detidas pelos países e instituições de destino no mercado transnacional), é a instituição católica a principal e quase exclusiva patrocinadora dos estudos realizados pelos seus representantes.

Nessas condições, há motivos para argumentar que as chances de realizar estudos no exterior, mediadas pela instituição, ainda que nunca tenham sido equitativamente distribuídas, desde longas datas conferem um grau de abertura para agentes de origem social modesta em uma escala pouco comum ao comparado com outras elites. Não é, pois, ao acaso que historicamente, como aponta Garcia Jr. (2005, p. 521), se até o fim da Segunda Guerra Mundial os estudos superiores no exterior eram monopólio virtual das grandes famílias brasileiras – grandes proprietários de terras, grandes comerciantes do comércio exterior, grandes políticos ou altos funcionários –, as exceções eram justamente os membros do clero católico, dado que os candidatos aos postos do alto clero eram enviados a Roma à custa da Igreja. Realizadas essas observações, passemos à descrição dos principais resultados da análise, expostos a seguir.

No que tange aos níveis mais básicos de formação (filosofia e teologia), conforme se verifica nos quadros a seguir (8 e 9), predomina numericamente aqueles que estudaram no Brasil - 97,86% em filosofia (301 de 443) e 81,09% em teologia (266 de 328). A principal variação no quadro apresentado fica por conta daqueles que obtiveram formação em teologia no exterior (62), quando comparados aos de filosofia (27). Em todos os critérios de divisão por região de origem predominam aqueles oriundos do Sul e Sudeste, seja para estudos no Brasil ou exterior. O país mais escolhido como destino de estudos entre todos aqueles que tiveram passagem pelo exterior nessa fase é a Itália (nada menos que 84,26%).

Quadro 8: Perfil dos estudos em filosofia e teologia.

Curso	Lugar de realização dos estudos	Distribuição por região		Total
FILOSOFIA	Brasil Exterior	Sudeste (148); Sul (84); Nordeste (60); Centro-Oeste (5); Norte (4) Sul (14); Sudeste (8); Nordeste (4); Norte (1)	301 27	328
TEOLOGIA	Brasil Exterior	Sudeste (131); Sul (76); Nordeste (53); Centro-Oeste (4); Norte (2). Sudeste (25); Sul (22); Nordeste (11); Norte (3); Centro-Oeste (1)	266 62	328

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Quadro 9: País mais freqüente de realização dos estudos de Filosofia e teologia.

Curso	Região	País	Total
FILOSOFIA	Norte	Eua (1);	27
	Nordeste	Itália (4)	
	Sul	Itália (12); Argentina (1); França (1);	
	Sudeste	Itália (6); Canadá (1); Chile (1);	
TEOLOGIA	Norte	Itália (2); Eua (1).	62
	Nordeste	Itália (11).	
	Centro-oeste	França (1).	
	Sul	Itália (20); Argentina (1); França (1)	
	Sudeste	Itália (20); Canadá (1); Chile (1); Espanha (1); França (1); Eua (1).	

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

A análise que segue se concentra sobre as informações presentes no banco de dados da CNBB nos campos “especialização” e “outros cursos”. Salienta-se novamente o caráter não homogêneo das informações preenchidas afetou a precisão da divisão da população, especialmente no que tange aos títulos mais baixos (os quais requisitarão cruzamentos com outras fontes em trabalhos vindouros). O tratamento dos dados consistiu na divisão da população entre aqueles que informaram um ou vários cursos pós-ordenação (261) e aqueles que não (67). De acordo com as informações prestadas nos currículos, e tendo em vista o maior título obtido, aqueles foram distribuídos então atentando para as seguintes modalidades de curso: “Doutorado”; “Mestrado”; “Especialização” - quando mencionado pós-graduação ou especialização; “Graduação/Licenciatura e ou Bacharelado” e “Cursos em especificação” (os quais englobam desde os de curta duração até aqueles aos quais não fora informado o grau da titulação).

Quadro 10: Estudos pós-ordenação sacerdotal na população pesquisada.

País	Frequência	Percentual
Estudos no Brasil	160	46,24%
Estudos no exterior	186	53,76%
Total	346	100%

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Em termos absolutos, contabilizados todos os cursos informados pelos preladados, organizados conforme a classificação destacada acima, e independentemente de terem sido realizados por um mesmo agente, os dados evidenciam um alto grau de internacionalização da elite em pauta: nota-se no quadro 10 que a maior parte dos estudos foram realizados no exterior - 53,76% (186 de 346 com informações disponíveis), frente àqueles realizado no Brasil (46,24% de 346). Esse caráter majoritário, entretanto, não se expressa de forma homogênea conforme as diferentes modalidades de curso. O quadro 11, organizado de acordo com os mesmos critérios do quadro anterior, permite assinalar que a incidência dos estudos no exterior tende a se concentrar nos níveis de qualificação mais altos, invertendo-se nos mais baixos (exceção feita à última modalidade, dada a sua heterogeneidade).

Nos níveis de titulação mais altos, as freqüências respectivas de realização de estudos no exterior são as seguintes: 80,9% entre doutores; 73,6% entre mestres e 71,4% entre especialistas. Contrastando essa tendência, especialmente os cursos de “licenciatura e ou bacharelado” e de forma menos expressiva os “cursos sem especificação” já apresentam uma tendência inversa, com realização de estudos preponderantemente no Brasil.

Quadro 11: Modalidades de cursos e passagem pelo exterior.

Modalidade de curso /País	Frequência	Percentual	
Doutorado (47)	Exterior	38	80,9%
	Brasil	6	12,7%
	Não inf.	3	6,4%
	Total	47	100%
Mestrado (72)	Exterior	53	73,6%
	Brasil	19	26,4%
	Total	72	100%
Especialização (35)	Brasil	25	71,4%
	Exterior	10	28,6%
	Total	35	100%
Graduação/Licenciatura e/ou Bacharelado (87)	Brasil	54	62%
	Exterior	27	31%
	Não inf.	6	7%
	Total	87	100%
Cursos sem especificação (124)	Exterior	58	46,8%
	Brasil	56	45,2%
	Não inf.	10	8%
	Total	124	100%

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

No que tange aos países mais procurados para realização de estudos no exterior, em uma perspectiva mais geral, a análise do quadro 12 evidencia que a cartografia dos

países de destino é quase que exclusivamente dominada pela Itália, seguido à distância pela França, Estados Unidos e demais nações. Ao contabilizarem-se os casos de agentes que tenham realizado estudos em uma mesma modalidade de formação e em países diferentes (trata-se dos casos em que é mencionado mais de um país), observa-se que enquanto a passagem pela Itália chega à expressiva quantidade de 163 ocorrências, o país de destino mais próximo numericamente, a França, apresenta apenas 11. Por outro lado, o exame do quadro também aponta que o acesso a esses centros de excelência encontra-se desigualmente distribuído, demarcando fortes distinções por Estado e Região. Como em todo o resto, as regiões Sul e Sudeste (especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) predominam sobre as demais regiões.

Quadro 12: Distribuição por País de formação, Estado e Região de origem.

Modalidade da formação	Países	Estado	Região
Doutorado (38)	Itália (34); França (2); Espanha (1); Itália e Alemanha (1).	SP (10); RS (6); SC (6); MG (5); BA (2); PE (2); RJ (2); CE (1); PI (1); PR (1); RN (1); SE (1)	Sudeste (17); Sul (13); Nordeste (8)
Mestrado (53)	Itália (49); França (3); Eua (1)	RS (10); SP (10); MG (7); PR (4); SC (4); BA (3); PB (2); PE (2); PI (2); RJ (2); AL (1); AM (1); ES (1); GO (1); MA (1); PA (1); RN (1).	Sudeste (20); Sul (18); Nordeste (12); Norte (2); Centro-Oeste (1)
Especialização (10)	Itália (8); Eua (1); México (1)	SP (3); MG (2); RS (2); ES (1); PR (1); RJ (1)	Sudeste (7); Sul (3)
Graduação/Licenciatura e/ou Bacharelado (27)	Itália (20); França (5); Eua (2).	MG (6); SP (5); RS (4); SC (4); AM (2); AL (1); BA (1); PE (1); PR (1); RJ (1); SE (1).	Sudeste (12); Sul (9); Nordeste (4); Norte (2).
Cursos sem especificação (58)	Itália (47); Itália e Jerusalém (2); Bélgica (1); Canadá (1); Equador (1); Montevidéu (1); Suíça (1); Venezuela (1); Itália e França (1); Itália e Perú (1); Não informado (1).	MG (11); RS (10); SC (10); SP (8); PE (5); RN (4); CE (3); RJ (3); PR (2); AL (1); AM (1).	Sudeste (22); Sul (22); Nordeste (13); Norte (1).

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Com efeito, em um organismo que assume desde longa data um caráter internacional, entende-se que essa forte discrepância denota não apenas a sua evidente associação com a concentração dominante dos centros de excelência religiosos na Itália, mas principalmente um efeito histórico específico da imposição hegemônica do centro da ortodoxia eclesiástica como locus de exportação legitimada de tecnologias e modelos institucionais. Essa concentração dos centros de excelência, por sua vez, trabalha então para estabelecer e reproduzir os padrões que estabelecem fronteiras entre os que possuem tais títulos, numericamente mais restritos, e os que não possuem tais recursos, ajustando-se em maior ou menor grau à estrutura de distribuição de poder em âmbito nacional.

Mediante a construção do quadro 13, procurou-se saber como essa população encontrava-se distribuída de acordo com o critério do maior título alcançado e conforme os temas e áreas de estudo predominantes no Brasil e no exterior. A estratégia para agrupamento das informações consistiu primeiramente em contabilizá-las do maior ao menor título de forma excludente; dessa forma, por exemplo, os cursos de mestrado só foram contados quando o agente em questão não realizou posteriormente o curso de doutorado, e assim sucessivamente. A modalidade “curso sem especificação” fora incluída a título sumário, tendo tão-somente a finalidade de informar as áreas de estudos. Quer no que tange a esta, quer em relação ao demais, a estratégia de tratamento dos dados consistiu em apresentá-los em um quadro com o mínimo de agregação das especialidades declaradas, permitindo, mesmo face às dificuldades surgidas com a heterogeneidade no preenchimento dos dados, obter as vantagens de apresentar uma visão geral da variabilidade relativa das combinações de cursos nos estudos dos membros dessa elite. Assim sendo, conforme a modalidade de curso, essa população (261 casos) encontra-se distribuída respectivamente nos seguintes percentuais: 47 (18% de 261 com informações disponíveis) fizeram doutorado; 50 cursaram mestrado (19,2% de 261); 16 obtiveram especialização (6,1% de 261); 54 fizeram graduação (20,7%) e 94 a cursos que não foram especificados (36%).

Entre os dados construídos, verifica-se uma grande diversidade de temas e áreas de estudo. Em um plano mais geral, distinguem-se dois pólos no que tange a esse quesito. De um lado, nos níveis de doutorado e mestrado e, predominantemente, entre aqueles que obtiveram formação no exterior, há uma tendência a prevalecer as áreas de formação propriamente religiosas e ser menos comuns as incidências e combinações com cursos em áreas profanas. Entre aqueles, por exemplo, nota-se que as “disciplinas” dominantes são “teologia” (agregando dogmática, moral, pastoral), “direito canônico”, pastoral e espiritualidade, e na área profana destacam-se os cursos de filosofia, Pedagogia, Educação, Ciências Sociais e Letras. Em outro pólo, composto pelas qualificações obtidas no Brasil e particularmente nas últimas três modalidades construídas, observa-se uma incidência bem maior e diversificada de cursos profanos e da combinação entre formações diversas.

Quadro 13: Modalidade de curso no Brasil x Exterior em relação ao maior título.

MODALIDADE DA FORMAÇÃO	LUGAR DE REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS	Tema ou Área de Estudo		Total	
				N	%
Doutorado	Brasil	Teologia (4); Litúrgia (1); Linguística (1).	6	47	18
	Exterior	Teologia (20); Filosofia (4); Direito Canônico (3); Ciências Sociais (2); Sem informações (2); Cristologia (1); Antropologia Teológica (1); História Eclesiástica (1); Letras (1); Missiologia (1); Filosofia e Teologia (1); Filosofia, teologia, Sagradas Escrituras e Línguas Semíticas (1).	38		
	Não Inf.	Direito Canônico (2); Cristologia (1).	3		
Mestrado	Brasil	Teologia (6); Direito Canônico (2); Filosofia e Teologia (2); Educação (1); Teologia e Estudos Bíblicos (1).	12	50	19,2
	Exterior	Teologia (16); Filosofia (4); Direito Canônico (3); Educação (3); História Eclesiástica (3); Liturgia (2); Aconselhamento (1); Ciências Bíblicas (1); Ciências Sociais (1); Exegese Bíblica (1); Pedagogia (1); Filosofia e Teologia (1); Pastoral Juvenil e Catequética (1).	38		
Especialização	Brasil	Administração (1); Administração Escolar e Supervisão (1); Educação (1); Filosofia (1); Linguística e Ensino da Língua (1); Liturgia (1); Orientação Educacional (1); Orientação Vocacional (1); Pedagogia e Orientação Vocacional (1); Psicopedagogia (1); Psicopedagogia e Teologia (1); Teologia (1).	12	16	6,1
	Exterior	Teologia (1); Formação Vocacional (1); Espiritualidade (1); Educação (1).	4		
Graduação/ Licenciatura e/ou Bacharelado	Brasil	Filosofia (8); Ciências Jurídicas, Sociais e Filosofia (2); Filosofia e Teologia (2); História (2); Teologia (2); Biologia (1); Catequese e Filosofia (1); Ciências Jurídicas e Sociais (1); Ciências Sociais (1); Direito (1); Direito Canônico (1); Engenharia e Pedagogia (1); Filosofia e Dogmática (1); Filosofia e Letras (1); Filosofia e Pedagogia (1); Filosofia, Ciências Econômicas e Direito (1); História e Geografia (1); Jornalismo (1); Letras (1); Letras e Direito Civil (1); Sociologia e Teologia (1); Pintura e Artes Plásticas (1);	33	54	20,7
	Exterior	Teologia (5); Filosofia (4); Direito Canônico (2); Filosofia, Demografia e Espiritualidade (1); Letras Clássicas e Teologia (1); Pastoral Catequética e Filosofia (1); Pedagogia e Psicologia (1); Teologia, Filosofia, História e Direito (1).	16		
	Não Inf.	Letras (1); Filosofia, Pedagogia, Orientação Educacional e Ciências Jurídicas (1); Filosofia (1); Teologia (1); História e Psicologia (1).	5		
Cursos sem especificação	Brasil	Pastoral (5); Letras (3); Pedagogia (2); Direito Canônico (2); Teologia e Pastoral (2); Parapsicologia (2); Jornalismo (2); Adaptação Militar (1); Teologia (1); Aprofundamento (1); Atualização em Direito (1); Espiritualidade (1); Estudos Sociais (1); História (1); História Eclesiástica (1); Piloto (1); Sociologia Religiosa (1); Curso para Bispos (1); Escola para formadores (1); Formação para seminários maiores (1); Extensão Universitária (1); Administração e Ciências Contábeis (1); Catequese, filosofia e letras (1); Ciências econômicas, contábeis e administrativas (1); Filosofia e Pedagogia (1); Filosofia, Direito Canônico, Ensino Religioso, Administração (1); Liturgia, Filosofia e Teologia (1); Música e Museologia (1); Música e Canto Coral (1); Parapsicologia, Cades, Direito Canônico (1); Pedagogia e Letras (1); Teologia, Espiritualidade e Orientação Educacional (1); Direito Canônico, Liturgia e Parapsicologia (1); Liturgia, comunicação, Formadores e Pastoral (1); Liturgia, Pastoral, Parapsicologia e Religião (1); Parapsicologia, Religião, Direito Matrimonial e Espiritualidade (1).	47	94	36
	Exterior	Espiritualidade (7); Teologia (5); Direito Canônico (4); Catequese (1); Catequese e Pastoral (1); Dogmática (1); Espiritualidade e Contabilidade (1); Jornalismo (1); Mariologia (1); Metodologia Científica (1); Missiologia (1); Pastoral (1); Moral (1); Sociologia (1); Pró-Eclesia (1); Reciclagem (1); Formação para Seminários Maiores (1); Teologia e Moral (1); Teologia e Parapsicologia (1); Teologia Pastoral e Estudos Bíblicos (1); Mariologia, Espiritualidade e Química (1); Liturgia, Orientação Educacional, Ciências Sociais e Filosofia (1); Teologia e Espiritualidade (1); Espiritualidade e Direito Canônico (1); Espiritualidade Sacerdotal e Missionária (1); Extensão Universitária e Espiritualidade (1).	39		
	Não inf.	Sem especificação (3); Sociologia e Espiritualidade (1); Direito Canônico (1); Ciências Sociais (1); Pedagogia (1); Psicanálise e Parapsicologia (1).	8		
Total conhecido			261	100	

Fonte: os autores a partir de CNBB, 2009.

Todos os aspectos até agora mencionados permitem indicar que não é qualquer agente e tampouco qualquer tipo de passagem ou estudos no exterior que está em condições de servir como recurso para acesso às posições dominantes no interior dessa estrutura de poder. A comparação cronológica dos temas e títulos adquiridos pelos futuros preladados faz perceber, na realidade, que mesmo face à valorização na ascensão profissional de novos títulos acadêmicos e áreas de saber, a ocupação dos postos de maior visibilidade nacional (direção da CNBB nacional, liderança dos principais núcleos hierárquicos no país) ainda permanece apanágio de um número bastante restrito de preladados que exibem um “itinerário de herdeiro” combinado com um “habitus internacional”¹⁰ (XAVIER DE BRITO, 2004).

5. O altíssimo clero: a direção da CNBB

Se contarmos apenas seus presidentes e secretários-gerais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da Igreja brasileira, foi dirigida por não mais do que 16 homens ao longo de quase seis décadas de existência. Dado impressionante para uma instituição que se declara democrática e utiliza voto secreto para escolher seus dirigentes em assembleia a cada quatro anos. Baixa circulação de nomes, portanto, pois três bispos secretários-gerais também vieram a assumir, em seguida, a presidência. Assim sendo, apenas esses três nomes estiveram na secretaria-geral da Conferência por 19 anos e, na presidência, por 24 anos! A saber, dois gaúchos e primos entre si, D. Aloísio Lorscheider e D. José Ivo Lorscheiter, e o mineiro D. Luciano Mendes de Almeida. Considerando, ainda, que o primeiro secretário-geral, do órgão, D. Hélder Câmara, permaneceu no cargo por 12 anos sem interrupção, percebemos que durante mais de três décadas a CNBB teve em seu posto-chave somente quatro bispos.

Se é evidente que o episcopado brasileiro reserva a pouquíssimos seus postos de maior poder, tudo indica que as qualidades encaradas como necessárias à execução das

¹⁰ Sem ser homogêneo, esse habitus deriva de um processo de socialização complexo, mais longo e heterogêneo no estrangeiro, marcado pelas novidades derivadas do contato com religiosos de todo o mundo, pela proximidade às grandes autoridades eclesiais, pela maior liberdade de movimento e de inserção em ambientes leigos, viagens a centros religiosos internacionais (santuários, monumentos, Terra Santa, etc.) e por países desenvolvidos, aquisição de novas competências linguísticas e estabelecimento de múltiplas relações pessoais. Sobre as relações entre “habitus de herdeiro” e “habitus de imigrante”, ver Xavier de Brito (2004); sobre os efeitos da passagem pelo exterior, ver Miceli (1988) e Seidl (2003; 2005).

tarefas de alto comando também não estejam ao alcance de qualquer bispo. Já de início, estar lotado em alguma diocese central aparece como requisito importante para acúmulo de crédito frente ao conjunto do episcopado. A concentração de religiosos oriundos de dioceses e arquidioceses de grandes capitais indica o peso desigual da Igreja dentro do país. Mais da metade dos dirigentes da CNBB ocupava postos nas arquidioceses de São Paulo (6) e do Rio de Janeiro (3) quando eleitos à cúpula da Igreja. Dois trabalhavam em Salvador (BA), mais antiga diocese do país (primaz), um atuava em Brasília, sede da CNBB desde 1977 e outro em Porto Alegre (RS). Ainda um bispo encontrava-se na importante diocese mineira de Mariana e dois outros vinham de dioceses sem maior expressão do interior do Rio Grande do Sul (Santo Ângelo e Pelotas). Pode-se, assim, fazer a hipótese de que, embora importante, a centralidade da diocese não seja suficiente para explicar o reconhecimento de seus bispos.

É interessante notar que quase todos (oito de nove) religiosos que ocuparam o posto de secretário-geral da CNBB foram nomeados inicialmente bispos-auxiliares e encontravam-se nessa condição quando levados à secretaria. O bispo auxiliar não possui direito à sucessão do bispo diocesano a quem auxilia. Somente arquidioceses contam com bispos auxiliares e esse tipo de nomeação costuma servir como período de experiência ao recém-bispo, o qual é preparado para assumir o comando de outra circunscrição (às vezes, recém-criada), dentro ou fora do estado em que atua. A rigor, cabem aos bispos auxiliares tarefas variadas – administração, direção da ação pastoral, exercício do poder judiciário - de gestão da cúria diocesana na condição de vigários-gerais. Têm a oportunidade, assim, de adquirir treinamento, já como bispos, em atividades bastante diversificadas de organização cotidiana de dioceses complexas e, ao mesmo tempo, são expostos com maior intensidade aos mecanismos próprios do alto poder eclesiástico e aos padrões de exercício do cargo.

O relativamente pouco tempo na função de bispo indica que é muito menos a experiência episcopal em si do que o percurso progressivo (o passado pré-episcopal) de um bispo que o gabarita objetivamente ao comando do secretariado-geral. Diferentemente do que ocorre com os presidentes da CNBB, o tempo médio decorrido entre a nomeação episcopal e a eleição ao cargo de secretário-geral é de cerca de cinco anos – com casos extremos de bispos com apenas alguns meses de episcopado e com 12 anos na função. Essa característica permanece inalterada desde a criação da Conferência. Os dois últimos

secretários, incluindo o atual, contavam respectivamente um e quatro anos de episcopado quando eleitos.

Para uma compreensão mais precisa dos atributos que credenciam os futuros líderes da CNBB é necessário, contudo, associar os elementos mencionados com o conjunto de competências culturais e com o capital religioso adquirido em itinerários profissionais que variam de 11 anos (caso de D. Hélder Câmara, sagrado bispo apenas meses antes da criação da Conferência e indicado ao posto) a 45 anos. Ou seja, de todo percurso entre a ordenação sacerdotal e a eleição para dirigir a cúpula da Igreja. A média de idade dos religiosos eleitos secretários-gerais até o presente é 49 anos. Até meados da década de 1980, era 44 anos. Isto é, indivíduos com não muitos anos de experiência episcopal, apesar de longos percursos como sacerdotes. No caso dos presidentes, a média de idade é bem mais elevada, 59 anos. Metade dos presidentes chegou ao posto acima dos 60 anos de idade.

O exame dos percursos escolar e de carreira dos dirigentes católicos indica forte predomínio de religiosos ligados ao polo mais intelectual do episcopado. Com ascensão rápida na carreira, encontram-se, em sua grande maioria, entre o grupo de bispos que realizaram estudos precocemente no exterior e não raro foram ordenados padres fora do país, obtiveram doutorado e retornaram ao Brasil para servir em seminários ou faculdades em postos de ensino, orientação espiritual e direção, antes de receberem nomeação como bispos e assumirem, assim, o comando de dioceses pelo país.

A circulação pelo exterior para estudar é especialmente marcante entre os bispos secretários-gerais da CNBB. Apenas o primeiro secretário da Conferência (1952-1964), D. Hélder Câmara (1909-1999), não realizou estudos fora do país. Entre os presidentes, somente os dois primeiros não contam estudos no exterior.

O exame do conjunto de bispos membros da diretoria da CNBB (presidente, vice-presidente e secretário-geral) revela que, até o presente, pelo menos dois terços tiveram passagem de estudos pelo exterior antes de alcançar o episcopado, segundo informações disponíveis. No entanto, tomando em conta apenas os dirigentes do período posterior ao ano de 1964, percebe-se concentração ainda maior de indivíduos com experiências escolares fora do país; ou seja, de 21 bispos, 18 circularam internacionalmente na condição de estudante. Dentre esses, encontra-se D. Agnelo Rossi, futuro arcebispo e cardeal de São Paulo, enviado a Roma em 1933, aos 20 anos de idade, para estudar teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG). Instalado inicialmente no Colégio

Pio Latino-americano, em 1934 compõe o grupo de 33 alunos que inaugura o Pio Brasileiro, onde recebe a matrícula de n. 1. Nessa mesma estada em Roma, o então seminarista especializa-se em “protestantismo na América Latina”, também pela PUG; dez anos mais tarde, conclui nova especialização, dessa vez na Argentina, em temática ligada a uma de suas principais frentes de atuação, a “Ação Católica”. Já na condição de bispo de Barra do Piraí (RJ), D. Agnelo ainda realiza curso de especialização em “catequese” na universidade texana de San Antonio.

Do atual grupo de religiosos à testa da CNBB (2007-2011), todos apresentam estudos em grandes centros mundiais em seus currículos. Como grande parte dos bispos dirigentes, o atual presidente da conferência, D. Geraldo Lyrio Rocha, após terminar a filosofia em Belo Horizonte, teve longa estada em Roma para graduar-se em teologia (Pontifícia Universidade Gregoriana), realizar mestrado em filosofia (Universidade Santo Tomás de Aquino) e finalmente especializar-se em liturgia (Pontifício Instituto Santo Anselmo). Seu vice, D. Luiz Soares Vieira, também teve percurso semelhante, embora menos longo e menos rentável em termos de diplomas. Após conclusão da filosofia no Seminário Central de São Paulo, vai a Roma para seguir formação em teologia na PUG, durante cuja estada é ordenado sacerdote.

Por fim, tem-se um caso atípico de carreira sacerdotal bem sucedida ao se examinar o itinerário do membro de maior poder efetivo na instituição, o secretário-geral, - caso que talvez indique do modo mais claro os rumos da recomposição do alto clero no Brasil. Nascido no interior de Minas, antes de iniciar a formação religiosa obteve titulação em Engenharia Eletrônica pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, cidade em que atuou como engenheiro no Instituto de Atividades Espaciais e na Ericsson do Brasil. Seu ingresso no sistema escolar da Igreja dá-se, portanto, após aquisição de um dos diplomas superiores mais valorizados do país e de experiências profissionais em um centro de excelência tecnológica e em uma empresa multinacional do ramo. Assim, depois de cumprido o percurso básico de estudos de filosofia e teologia, somente aos 32 anos de idade é ordenado padre e pouco tempo mais tarde tem a chance de estudar no exterior ao ser enviado para obter doutorado em teologia sistemática pela Universidade Gregoriana de Roma. Credenciava-se, indiscutivelmente, aos mais altos postos da Igreja. Aos 47 anos, 15 deles como profissional da religião, é nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, eleger-se secretário-geral da CNBB.

Relativamente jovens (entre 43 e 54 anos de idade), alta titulação escolar e estudos no exterior, com menores responsabilidades sobre uma diocese e poucos anos de experiência como bispos, porém já familiarizados com encargos importantes e próximos a dirigentes experientes e notabilizados: tais as características dos religiosos que têm sido designados para assumir a frente de um órgão institucional extremamente ativo e falar e negociar em nome de um dos grupos socialmente mais reconhecidos no Brasil.

6. Efeitos do *aggionamento* sobre o episcopado: um bispo ajustado aos tempos.

Ao mesmo tempo em que uma fração dos prelados brasileiros mais “antigos” lutava em preservar a posição institucional vigente até pelo menos fins dos anos 50 e tinha dificuldade em adaptar suas concepções e discursos à rápida transformação do espaço eclesiástico, uma “geração” de jovens bispos nascidos entre os anos 20 e 30 e sagrados em torno do período conciliar conseguiria impor-se com sucesso em meio às disputas sobre a definição da temática legítima no âmbito religioso e suas formas de manipulação pelos especialistas institucionais. O caso desse bispo de “grande projeção”, 24 anos mais jovem que dom Vicente Scherer (1903-1996) - autoridade de maior renome da Igreja do Rio Grande do Sul e por décadas uma das principais forças na CNBB -, porém dotado de propriedades sociais muito semelhantes às do cardeal (origens sociais, geográficas e étnicas, percurso escolar), permite que se vejam os efeitos que diferentes trajetórias profissionais, em momentos de distinta estruturação social e religiosa, podem ter sobre as modalidades de carreira episcopal¹¹.

À semelhança do ex-arcebispo de Porto Alegre, dom Ivo nasceu na área rural de um pequeno município da chamada “região dos bispos”¹², no Vale do rio Caí. Seu ramo familiar paterno chegara ao estado nos anos iniciais da imigração alemã e o avô materno deixara a Europa sozinho no século XIX. Assim como todos seus antepassados, o pai era agricultor e “chegou a ter uma propriedade de 40 hectares” (“era gente, assim, remediada; nem rico, nem pobre”). Segundo filho entre sete e crescido num “espírito

¹¹ As principais fontes de informação utilizadas aqui são uma entrevista concedida a um dos autores em outubro de 2001, Abreu (2001), Balém (1969), CNBB (2002) e Marin (1995).

¹² Área composta por pequenos municípios de base rural, etnicamente marcados, dos quais saíram diversos bispos, além de muitos religiosos e religiosas, também conhecida por “terra dos bispos”. Cf. Seidl (2003), esp. p. 189-209, “origens étnicas e geografia da religião”.

simples, trabalhador, católico, religioso”, dom Ivo era “muito ligado à paróquia”, foi coroinha do pároco local e “queria ser como ele”. Seguindo o irmão, então seminarista há dois anos e futuro missionário jesuíta no Japão, ingressou no Seminário Menor de Gravataí aos 12 anos de idade, fazendo os estudos de filosofia no Seminário de São Leopoldo. Além do irmão, também um primo-segundo de mesmo sobrenome optara pela vida religiosa e ascenderia ao posto de arcebispo quatro anos antes que dom Ivo (recebendo o cardinalato em meados da década de 70), assim como o lado materno, de “boa multiplicação vocacional”, daria vários primos, primas e sobrinhos à Igreja.

“Sobressaindo-se entre os colegas de seminário” - conforme muitos deles nos relataram diretamente -, ao findar o curso de filosofia e contando, então, 22 anos, foi escolhido por dom Vicente Scherer (que realizava, ao seu turno, a tarefa de garantir a reprodução dos futuros líderes da instituição) para estudar teologia e fazer o doutorado em Roma. Perguntado sobre os motivos da escolha, aponta uma “facilidade nos estudos”: “sempre gostei muito de ler, era louco pela leitura; e, depois, eu decidi ser padre; bom, então aquilo foi...; e eu sempre tive também boa facilidade nos estudos, bom proveito. Foi por isso que dom Vicente me mandou fazer teologia em Roma”. Após obter a licença em Teologia Sistemática e o doutorado em Teologia Dogmática em sete anos de estada na Itália, retorna ao Rio Grande do Sul diretamente para o recém criado Seminário Maior de Viamão, no qual realizaria um percurso de professor e reitor, intercalado por uma passagem de dois anos no seminário menor onde havia iniciado sua preparação religiosa (“então tive que ficar dois anos como diretor e reitor em Gravataí, e, depois, dom Vicente me chamou para ser reitor do seminário maior em Viamão; era o tempo das turmas enormes que tínhamos lá; eram 70 seminaristas do maior – filosofia e teologia”).

Neste ponto de uma rápida carreira dentro do sistema escolar dom Ivo recebe a notícia de sua nomeação como bispo auxiliar de dom Vicente Scherer na arquidiocese de Porto Alegre, pouco antes de completar 38 anos de idade. Tal nomeação foi articulada diretamente por dom Vicente em Roma, onde se encontrava em pleno Concílio e para onde convoca imediatamente o jovem bispo. O empenho em levar dom Ivo a Roma naquele momento indica preocupação em favorecer um contato precoce e privilegiado de uma potencial liderança com o conjunto de profundas transformações definidas pelo Concílio. Segundo relatou o bispo, sua experiência conciliar junto com outros nomes importantes da Igreja teria impacto profundo em sua compreensão dos novos tempos eclesiais e na elaboração de novas percepções sobre a atuação episcopal.

Quando, então, me nomearam bispo auxiliar de Porto Alegre, então era praticamente no fim do Concílio Vaticano II. É claro que eu devia, então, me situar nessa nova conjuntura eclesial e pastoral. E eu tinha a ideia que era o seguinte: que a Igreja não pode mudar substancialmente a sua natureza e a sua, afinal, organização. Mas ela deve também sempre se atualizar e caminhar com os tempos. (...). Então, nada de destruir a natureza da Igreja, mas também, nada de ficar, assim, muito isolado e parado. E creio que aquilo se revelou pra mim no momento, mas também todo esse período, como realmente uma coisa extremamente importante. E não é fácil, né? Porque se alguém então é só chamando de progressista, digamos assim, aí eu desconfiaria. Se alguém é chamado só de conservador, eu também devo desconfiar. Agora, saber então unir o novo e o velho, acho que isto é uma sabedoria com (?). E isso custa, porque tá longe; eu vejo a nossa Igreja, também vejo na CNBB, sempre a grande batalha foi progressista e conservador. E eu não aceito isso, eu quero ser as duas coisas. Fico em cima do muro, mas para equilibrar corretamente a história. E parece que (riso), que eu consegui isso, mas eu acho que a inspiração foi correta. (Entrevista a E. Seidl, Santa Cruz do Sul/RS, outubro de 2001).

O trecho acima indica uma leitura retrospectiva muito objetiva de dom Ivo acerca das circunstâncias mais gerais de sua nomeação e do impacto que a nova configuração do catolicismo pós-conciliar teria em suas concepções e no modo de ocupar o cargo episcopal. Dentro de um processo amplo de transformação institucional, tal percepção destaca os mecanismos de adaptação do corpo clerical a uma realidade eclesial que, entre outros aspectos, reduzia substancialmente as barreiras entre sacerdotes e leigos, dando papel inédito a esses últimos nas estratégias da instituição, modificava as relações com os fiéis e entre a própria hierarquia e cobrava a incorporação de um vocabulário constantemente “atualizado” com as “questões da época” (SEIDL, 2009).

Se o exercício da profissão religiosa, em particular da episcopal, exigiria dos agentes institucionais uma readequação mais ou menos profunda de acordo com sua geração e tipo de percurso religioso - sob pena de colocarem em xeque sua posição frente ao conjunto de orientações legitimamente produzido pelo Vaticano -, o princípio de “manutenção da unidade” e “conservação da essência da Igreja” continuaria, no entanto, a ser um dos pontos fundamentais do discurso episcopal. Dom Ivo pode ser tomado, nessa ótica, como bom exemplo de bispo em perfeita sintonia com o rumo tomado pela Igreja. Fora ordenado padre em Roma justamente dez anos antes do início da grande atualização católica, porém reuniria, como visto, condições favoráveis ao ajuste de suas disposições às exigências de liderar parte de uma instituição progressivamente propensa a se fazer presente em diversas esferas sociais e através de uma linguagem muito variada.

Assim, a capacidade de dominar os novos códigos religiosos apontados pela estrutura romana e utilizá-los num contexto em que a hierarquia brasileira encontrava espaço inédito para articular discursos em nome de uma ampla gama de questões e de um novo público “preferencial” pode ser compreendida na construção de sua imagem de bispo “arejado” – semelhante ao ambiente geral da Igreja - referida por muitos religiosos que conviveram com ele. Legitimamente credenciado a representar a cúpula da CNBB, em conjunto com outros prelados conciliares com bons diplomas escolares e experiências no exterior, como seu primo dom Aloísio Lorscheider¹³, o futuro cardeal dom Paulo Evaristo Arns e também o “experiente” e já “notabilizado” dom Hélder Câmara – “convertido aos pobres” em meados dos anos 50 -, dom Ivo teria papel central na redefinição do modelo de liderança eclesial. Neste modelo, em que espiritual e temporal tinham fronteiras borradas ou mal definidas, cobravam-se da autoridade religiosa condições de elaborar pontos de vista adequados sobre questões de ordem da agenda política e social do país. Apontado por estudiosos, membros da Igreja e jornalistas como um dos bispos mais críticos dos militares, dom Ivo compôs o “grupo religioso” que manteve encontros com parte da cúpula militar durante quase quatro anos na Comissão Bipartite¹⁴.

O uso autorizado da palavra da Igreja ia além, no entanto, da formulação de uma mera “visão da Igreja” sobre as questões candentes do Brasil e do mundo. Mais do que isso, tratava-se de fazê-lo numa posição de confronto ao poder governamental estabelecido e na condição de interlocutor legítimo. Dentre as formas de aquisição dessa competência, a possibilidade de acesso às instâncias e aos agentes institucionais próximos aos círculos de gestação do saber religioso “atualizado” - como o contato direto com o “ambiente” do Concílio, a participação em suas reuniões ou o convívio com membros que nele tomaram parte -, sobressai como trunfo importante no acúmulo (através de documentos da Igreja, livros, discussões) tanto de recursos culturais quanto de um capital de relações valioso à constituição de uma autoridade religiosa reconhecida.

De forma similar, se a posse de títulos escolares valorizados, sobretudo os de doutor em teologia, obtidos em Roma, explicaria parte das condições de consagração

¹³ Apesar da grafia diferente dos sobrenomes, devido a um erro de registro de nascimento, dom Ivo e dom Aloísio pertenciam à mesma família, cujo nome correto é Lorscheider.

¹⁴ Esta comissão de caráter extraoficial reunia lideranças religiosas, militares e civis. Ao todo, foram realizados 24 encontros durante o governo Médici e o início do governo Geisel. Sobre a Comissão Bipartite e o papel de dom Ivo, consultar Serbin (2001, p. 203-238).

institucional desses homens da Igreja, não se pode desconsiderar o peso desses recursos no desenvolvimento das habilidades de “interpretar os sinais dos tempos” e de expressá-los de acordo com o padrão que se impunha. Isso também se refletia, de modo saliente, na capacidade de tais indivíduos de representar a Igreja nos frequentes encontros com membros da elite política e intelectual, de se dirigir aos meios de comunicação e dar declarações oficiais, tudo isso ao mesmo tempo em que garantiam, da forma mais eficiente, a manutenção da imagem de unidade institucional, pedra de toque do corpo episcopal.

Como depreendido da série de depoimentos de religiosos com longas passagens pelo exterior, as estadas em países estrangeiros tendem a ter efeitos importantes na incorporação de um estilo religioso mais adaptável aos ambientes mundanos e a seus códigos (SEIDL, 2009). A exposição ao cosmopolitismo pela convivência com pessoas de todo o mundo em Roma, por exemplo, a circulação por espaços não estritamente religiosos e por outros países, a proximidade com o poder político e religioso e seus símbolos e o acesso facilitado a informações diversificadas são elementos a se destacar no processo de elaboração de percepções e posturas adequadas a novas tarefas de liderança.

Mas lá nós vivíamos, eu só não vivi, mas os bispos do Brasil viveram quatro anos em Roma. Na mesma casa. Então, se trocavam idéias, se tinha conferências, se tinha estudos, se compravam livros..., e isto foi marcando muitos. Tanto que aí surgiram lideranças muito importantes, né? E, enfim, você tem os nomes grandes aí que estão na história. Então, Hélder, Arns, Aloísio etc. Então, creio que isto marcou muito, e isto foi a bênção para os bispos do Brasil e a Igreja brasileira. Porque, quando eles chegaram de volta ao Brasil, tinha havido, então, no país, em 64, o golpe militar. (...) Porque até ali, claro, basicamente aí começou toda essa nova liderança. Daí acho que foi de onde saíram esses dois polos, né? Situação militar e Concílio Vaticano II. Configurou, então uma nova geração de bispos, uma nova liderança (...). (Entrevista a E. Seidl, Santa Cruz do Sul/RS, outubro de 2001).

Em 1971, contando cinco anos na função de bispo e apoiado pela “corrente progressista” do episcopado nacional, dom Ivo foi eleito secretário-geral da CNBB numa chapa liderada por seu primo Aloísio Lorscheider. Manteve-se no cargo por dois mandatos consecutivos até vir a ocupar a presidência da Conferência, em 1979, também por oito anos seguidos. Durante esses 15 anos ininterruptos na linha de frente da Igreja brasileira, praticamente todos eles transcorridos durante o regime militar, exercitou constantemente o uso da palavra respaldada pela instituição nas frequentes manifestações

episcopais a respeito dos temas valorizados pela “agenda social” do país – dominada pelo “combate à repressão”, “direitos humanos”, “injustiças sociais”, “redemocratização”, “anistia política”, “reforma agrária”, “dívida externa”¹⁵.

Em sua diocese no interior do Rio Grande do Sul, para onde fora nomeado bispo diocesano após 8 anos no cargo de auxiliar da arquidiocese de Porto Alegre, manteve um programa de rádio e colunas semanais “sobre problemas da atualidade” em dois jornais locais. Após deixar a presidência da CNBB, permaneceria como responsável pelo setor de “Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso e Comunicação Social” por dois mandatos, vindo a propor investimentos na área de jornalismo e a expansão do sistema televisivo da Igreja, para se oferecer “uma visão católica do mundo”, assim como de uma agência católica de notícias encarregada de distribuir informações sobre todas as dioceses do país.

7. Estudos na mesa e caminhos para o episcopado.

À guisa de conclusão, e numa perspectiva mais ampla sobre o conjunto dos níveis de análise e indicadores implicados nesta pesquisa, ao examinar a relação entre os recursos escolares internacionalizados e os princípios de estruturação do episcopado nacional, os resultados obtidos têm viabilizado a distinção entre duas principais polarizações a presidir a distribuição relacional de poder no seio desse espaço.

De um lado, encontra-se o pólo em que se atrelam itinerários associados ao exercício de funções mais intelectualizadas e de alta administração, tais como reitor de seminário, diretor de faculdade, professor, superior provincial, administrador de ordens e congregações, passagem por altos cargos da CNBB regional e nacional, incluindo postos fora do país e assessorias especializadas. Composto pelos agentes melhor dotados de títulos escolares resultantes de estadias de longa duração (meses ou anos) no exterior ou, em menor escala, frutos de uma migração mais precoce para os centros de excelência em formação religiosa no Brasil, suas áreas de estudo concentram-se predominantemente em temas religiosos (teologia, espiritualidade, pastoral, história eclesiástica, catequese). Com menor envolvimento (ou apenas passageiro) em funções paroquiais, também entre eles encontram-se aqueles que, uma vez sagrados bispos, tendem mais rapidamente a serem

¹⁵ Sobre os temas predominantes nos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período, consultar Alves (1979), Mainwaring (1989) e Morais (1982).

indicados para dioceses e arquidioceses de grandes capitais (especialmente próximas dos círculos hierárquicos geograficamente centrais) ou delegados, com maior frequência, para integrar e/ou coordenar comissões e organismos importantes dentro e fora do país (CNBB, CELAM, Cáritas nacional e internacional, conselhos pontifícios), onde têm oportunidade de concentrar um forte capital de relações pessoais importantes. Nesse pólo também estão os que mais escrevem livros e/ou publicam artigos e os mais propensos a realizar manifestações públicas em nome da hierarquia a respeito de temáticas não necessariamente enquadradas em assuntos consagrados de espiritualidade.

Em outro pólo, numericamente superior na população dos prelados nascidos no Brasil, encontram-se os percursos predominantemente pautados pela ocupação de cargos de gestão de bens religiosos e administração pastoral ordinária. Abrigando os futuros prelados menos privilegiados em termos escolares, que apresentam os títulos de especialização menos prestigiados, raramente contam com especializações importantes e experiências institucionais de relevo no exterior (quando muito, dispendo de passagens de curta duração – em geral cursos de aperfeiçoamento). Formados predominantemente nas regiões de onde são originários, são os que demoram mais tempo entre a ordenação sacerdotal e episcopal (o que explica em alguns casos o rol extenso de atividades que exibem), período em que podem adquirir novos títulos escolares, realizando as combinações mais peculiares e diversificadas entre os temas e áreas de estudos profanos e religiosos. À semelhança de suas funções como sacerdotes, após a ascensão ao episcopado, esses religiosos são mais facilmente engajados em tarefas de expansão e manutenção institucional de suas dioceses periféricas, podendo exercer cargos nos níveis regionais e, em muitos casos, somente na condição de bispos que obtêm sua primeira experiência internacional. Concentrando os agentes menos dotados de um forte capital de relações pessoais, seus itinerários, em geral mais áridos, realizam-se mediante um conjunto de etapas trabalhosas que permitem a aquisição lenta e progressiva de recursos culturais e simbólicos distintivos.

Obviamente, dada a pluralidade crescente de postos e as possibilidades de composição de percursos religiosos conduzindo ao episcopado, tais polarizações não delimitam carreiras homogêneas entre si, mas tão-somente regularidades que permitem observar elementos que têm em comum. Frente a elas, deve-se compreender que os trunfos que separam os dominantes dos dominados, as carreiras de mais ou menos prestígio, resultam de uma combinação complexa e interdependente de propriedades,

recursos e estratégias levadas a cada por cada agente sem que, para tanto, os mesmos tenham pleno domínio dos mecanismos cujo domínio prático é condição do êxito. Outra observação importante, que não pôde ser suficientemente explorada aqui, diz respeito à diversificação das modalidades de combinação de títulos demonstrada pelo perfil dos estudos do episcopado, o que expressa o efeito produzido não somente pela ampliação e maior estruturação da oferta de estudos básicos de filosofia e teologia, como também a expansão dos cursos de pós-graduação, a partir da década de 90, quer em áreas religiosas ou não.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana M^a. F. et al. *Circulação internacional e formação das elites brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ALMEIDA, Ana M^a. F. & NOGUEIRA, M^a. A. *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, M. & BERTIN-MOUROT, B. “La tyrannie du diplôme initial et la circulation des élites: la stabilité du modèle français”. In: SULEIMAN, E. & MENDRAS, H. (dir.). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1997, p. 48-63.

BOURDIEU, P. *La noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

_____. & SAINT MARTIN, M. de. “La sainte famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nov., 1987, p. 2-53.

XAVIER DE BRITO, Angela. *Habitus de herdeiro, habitus escolar: os sentidos da internacionalização dos estudantes brasileiros no exterior*. In: ALMEIDA, Ana M^a. F. et al. *Circulação internacional e formação das elites brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

CERIS – “Dinâmica populacional e Igreja católica no Brasil: 1960-2000”, in: *Cadernos CERIS*. Rio de Janeiro: CERIS, ano 2, n. 3.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – membros e endereços. Brasília, 2002.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2009. Bispos e Dioceses. Disponível em: << <http://www.cnbb.org.br/bispos/visual/index.php>>>.

CORADINI, O. L. “Escolarização, militantismo e mecanismos de ‘participação’ política”. In: HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

DE BONI, Luís A. “O Catolicismo da Imigração: do triunfo à crise”, in: DACANAL, José H. *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 234-255.

DEELEN, Godofredo. “O episcopado brasileiro”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 27, fasc. 2, junho, 1967, p. 310-331.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil no século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, n.º12, 1975.

GARCIA JR., Afrânio. “Circulation internationale et la formation d’une ‘école de pensée’ latino-américaine (1945-2000)”. *Information sur les Sciences Sociales*, vol. 44, n.2-3, 2005, p. 521-555.

GARCIA Jr., A. & CANEDO, L. B. Les boursiers brésiliens et l’accès aux formations d’excellence internationale, in: *Cahiers sur le Brésil Contemporain*, 57-58/59-60, 2004-2005.

GRILL, Igor G. “‘Família’, Direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier”. *TOMO*, n. 10, 2007, p. 86-111.

GRIGNON, Claude. Sur les relations entre les transformations du champ religieux et les transformations de l’espace politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 16, p. 3-34, 1977.

GRÜN, Roberto. “O MBA como um brevê de internacionalização e de modernidade profissional entre engenheiros”. In: ALMEIDA, Ana M. F. et al (orgs.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Edit. Unicamp, 2004.p. 282-298.

IBGE – Censo Demográfico 2002.

LOUREIRO, M^a. Rita. L’internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121, p. 42-51, 1998.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NERIS, Wheriston Silva. As bases sociais do recrutamento de elites eclesiásticas no Bispado do Maranhão (1850-1900). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSO/UFMA, 2009.

PONTIFÍCIO COLÉGIO PIO BRASILEIRO. Livro de Registros, anos 1991 a 2002.

SAINT MARTIN, Monique de. Reproducción o recomposición de las elites? Las elites administrativas, económicas y políticas en Francia. *Anuario IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, n°16.

SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGPOL/UFRGS, Porto Alegre 2003.

_____. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul, in: *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 14, n. 26, 2007a, p. 77-110.

_____. *La formation des évêques au Brésil*. Colloque International “Circulation Internationale d’Universitaires et Renouveau de l’Espace Culturel”, Paris, EHESS, nov. 2005, mimeo, 18p.

_____. “Um discurso afinado: o episcopado católico frente à ‘política’ e ao ‘social’”. *Horizontes Antropológicos*, vol.13, n. 27, Porto Alegre, 2007b, p. 145-164.

_____. *Elites eclesiásticas e recomposição do espaço religioso no Brasil: recrutamento e seleção do alto clero na Bahia, Sergipe e Alagoas*. Projeto de Pesquisa CNPq, 2008, mimeo, 15p.

SERBIN, Kenneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SUAUD, Charles. “Contribution à une sociologie de la vocation: destin religieux et projet scolaire”. *Revue Française de Sociologie*, XV, 1974, p. 75-111.

SUAUD, Charles. *La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux*. Paris: Minit, 1978.

SUAUD, Charles. “Splendeur et misère d’un petit séminaire”. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n. 4, 1976, p. 66-71.

SULEIMAN, E. “Les élites de l’administration et de la politique dans la France de la Ve. République: homogénéité, puissance, permanence”. In: SULEIMAN, E. & MENDRAS, H. (dir.), *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1997, p. 19-47.

TAVARES DOS REIS & GRILL. *Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil*. In: 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Porto Seguro/BA, 01-04 de junho de 2008, mimeo.

<<http://www.cnbb.org.br>. Último acesso em 20.10.2008.

<<http://digilander.libero.it/brasileiro/>. Último acesso em 20.10.2008.